

Altera a Resolução STJ/GP n. 10/2015 que regulamenta o processo judicial eletrônico no Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo STJ n. 29.706/2018, *ad referendum* do Conselho de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Os §§ 3º e 4º do art. 20 da Resolução STJ/GP n. 10 de 6 de outubro de 2015 passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 20.

§ 3º Os servidores do STJ cadastrados no Sistema Integrado da Atividade Judiciária – SIAJ, bem como os estagiários e terceirizados devidamente autorizados, poderão acessar as peças de todos os processos nele registrados, ressalvadas as limitações de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os servidores responsáveis pelo atendimento judicial e pelos procedimentos de protocolo, registro, autuação, triagem, classificação e distribuição de feitos, os estagiários e terceirizados devidamente autorizados, o secretário dos órgãos julgadores e seu substituto legal poderão acessar as peças dos processos que estejam em segredo de justiça, independentemente da etapa de tramitação em que se encontrem, para o exercício de suas atividades funcionais.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA